

---

## CARTA AO EDITOR

A formação dos profissionais da educação vem sendo motivo de discussão intensa, nos últimos anos, em nosso país.

Esta discussão surge e se amplia por duas razões básicas: a primeira se refere à constatação já pública, mas sentida no próprio grupo que atua no ensino, de que a escola não vai bem e precisa ser mudada. De repente, se descobre, nesta crítica, que não bastam decretos e decretos-leis para que a escola mude e atenda às necessidades da população. Que não são decretos que mudam a realidade, mas que esta deve estar na base de qualquer legislação que pretenda fazer avançar determinado sistema.

A segunda razão está relacionada com a crítica crescente das concepções tecnicista e psicologista da educação que estiveram na base da formação dos profissionais da educação na década de 70. Para as referidas concepções, bastavam a “técnica” ou a “compreensão do outro”. Os “meios” os “recursos” ou o amor bastavam para que tudo fosse bem com o ensino. O próprio conjunto de professores e alunos era visto como “recursos”, por uns e “indivíduos” por outros. Nestas concepções, a formação dos profissionais da educação era vista predominantemente como “treinamento”, como “capacitação” em tecnologias ou “psicologias”, “como aprender a ser”.

Pode-se dizer que, ao longo da história, em nosso país, a formação de professores não tem sido assumida pelo Estado como um esforço do governo e de uma política social que se preocupe com a qualidade da educação e com o processo de cidadania do povo brasileiro. Basta analisar proporcionalmente as verbas efetivamente aplicadas na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área.

A estrutura social, tal como vem se construindo em nosso país, determina, em grande parte, a ineficiência de nosso ensino. Por sua vez, a responsabilidade da administração da educação pública, em geral, e da escola em particular é bem definida quanto a fatores do processo de ensino que, pela sua qualidade e adequação, exercem um papel importante junto a todas as camadas sociais. Vale ressaltar que na escola, sem dúvida, é o professor, que como sujeito da ação docente, é o elemento responsável pela direção e efetivação do ensino, daí por que sua formação deve ser uma questão fundamental a ser considerada, quando de fato se tem a intenção de oferecer um ensino de qualidade, que acrescente o saber elaborado à sua condição de exercício da cidadania, o que abrange a dimensão pessoal e profissional.

Pesquisas realizadas por Coelho (1978), Catani (1987) apontam uma descaracterização crescente nos cursos de formação de professores, nas licenciaturas. Estes, de um modo geral, ocupam nas universidades um lugar de “curso menor”. Cabe ressaltar, ainda, que isto não ocorre apenas nas instâncias da administração do ensino, responsáveis pela política e implementação da área, que não têm assumido as questões de fundo da formação dos profissionais de ensino. Mesmo entre professores e alunos do ensino superior há uma tendência grande em menosprezar grande parte das questões articuladas com a formação para o exercício do magistério. Parece que algumas crenças do tipo “quem sabe faz, quem não sabe ensina”, ou, “o professor nasce feito”, ainda predominam em nosso meio, embora a realidade esteja a toda hora contradizendo essas crenças.

Quem não conhece professores que sabem muito, mas são incapazes de transmitir seus conhecimentos de forma inteligível e assimilável?

---

Quantos cursos e seminários visando ao aumento da competência do professor têm evidenciado a importância do domínio e da apropriação de conteúdos teóricos que possam refletir uma prática consistente? E o que dizer sobre o conhecimento acumulado quanto às questões do progresso científico e social, implicado na ação docente e no crescimento do aluno?

Não existe ensino de qualidade nem inovação pedagógica sem uma formação adequada de professores. Esta afirmação parece ser óbvia. Todavia, vale a pena recordá-la num momento em que o ensino e os professores se encontram sob fogo cruzado das mais diversas críticas e acusações.

Ensinar é uma prática complexa, ainda mais nas condições de desigualdade social que o profissional enfrenta em face de seus alunos e das diferentes condições de escolarização com que tem de lidar no sistema.

Quando um professor em formação ou em exercício é questionado sobre o que os professores de ciências deveriam saber e saber fazer, as respostas são, em geral, bastante pobres e não incluem muitos dos conhecimentos que a pesquisa destaca hoje como fundamentais.

A propósito desta questão, um curso que aponta para finalidades profissionalizantes deve assegurar a formação e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e atitudes nos futuros professores que lhes permitam iniciar sua carreira de trabalho com as competentes condições pessoais de qualificação. Com referência às licenciaturas, pode-se dizer que a formação do professor nunca ocupou lugar privilegiado nas atenções da Universidade; isto para não dizer que vem se tornando um objeto de menor importância na vida universitária.

As Licenciaturas, em geral, especificamente à de Biologia, apresentam-se como cursos híbridos em que parte de conteúdos específicos não se articula com as disciplinas de cunho pedagógico, e estas aparecem em número insignificante no cômputo geral do curso. Desse modo, a formação desse professor é dicotômica e seu papel social não é considerado enquanto proposta de definição de uma perspectiva unificada, que balize e articule todo o currículo montado para sua habilitação.

Diante das questões colocadas, nesta carta, justifica-se a construção de projetos capazes de reorganizar o trabalho pedagógico dos cursos de Biologia, bem como a necessidade de redefinir uma pedagogia que lute contra todas as formas de opressão e se esforce para conduzir os alunos à satisfação cultural escolar e a compreender o mundo em que vivem.

**Vera Maria Brito Malucelli**  
(Bióloga, Professora da PUCPR,  
Mestre em Educação)